

SUAREZ-VILLA, Luis. *Corporate power: oligopolies and the crisis of the State*. Albany: State University of New York Press, 2015.

Cícero Rodrigues dos Santos[†]

Luis Suarez-Villa é Ph.D pela Universidade de Cornell, Ithaca, Nova Iorque (EUA), e professor emérito de Ecologia Social, Planejamento, Política e Projeto da Universidade da Califórnia, Irvine, nos Estados Unidos. É especialista em estudos sobre capitalismo corporativo, tecnologia e inovação, bem como em desenvolvimento internacional a partir de uma perspectiva crítica da economia política e da análise social. Trabalhou, por várias ocasiões, em associação com o Instituto de Sistemas de Infraestrutura Civil da Universidade de Nova York, as Nações Unidas, a Universidade Autônoma de Madri e o Conselho Nacional de Pesquisa Científica da Espanha. Tem ligação com a produção acadêmica brasileira, pois realizou pesquisas junto à Fundação Getúlio Vargas e o Instituto de Pesquisa Tecnológica da Universidade de São Paulo. É autor de obras como *Technocapitalism: a critical perspective on technological innovation and corporatism* (2009) e *Globalization and technocapitalism: the political economy of corporate power and technological domination* (2012), em que explora o surgimento de uma nova versão do capitalismo no século XXI fundamentado na tecnologia e na ciência, como também o poder da economia política e a influência corporativa associada a ela. Dentre suas obras, destacam-se ainda *Invention and the rise of technocapitalism* (2000) e *The evolution of regional economies: entrepreneurship and macroeconomic change* (1999).

Corporate power, oligopolies and the crisis of the state (2015) é o livro mais recente de Suarez-Villa. Nele o autor analisa a crescente influência das corporações oligopolistas na sociedade contemporânea. Com uma perspectiva multidisciplinar e uma grande quantidade de documentação, o texto mostra como os oligopólios corporativos exercem sua influência e quais os efeitos dessa sobre as finanças, a política, a regulamentação, o consumo, a produção, a estagnação, a desigualdade, a estrutura social, as decisões judiciais e sobre a governança pública. A obra é dividida em sete capítulos, desde o introdutório ao conclusivo, acrescido de um *index* didaticamente organizado e de fácil compreensão, totalizando 372 páginas. Não está disponível em português, mas o inglês empregado é de fácil acesso, reforçado pela riqueza de dados estatísticos utilizados pelo autor.

O objetivo do livro é contribuir para o aumento da consciência pública a respeito do poder corporativo oligopolista e o papel fundamental que este desempenha frente à crise do Estado no capitalismo avançado (p. 5). Logo no início do capítulo introdutório, o texto descreve a realidade atual da influência do corporativismo oligopolista sobre a sociedade contemporânea:

[†] Mestrando em Ciência Política do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí – PPGCP – UFPI; professor efetivo de Filosofia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI.

Daqui a quinhentos anos, nossa sociedade, provavelmente será vista como aquela em que os gigantes corporativos se tornaram as entidades mais poderosas. Politicamente, economicamente, culturalmente e em quase todos os aspectos do cotidiano, as grandes corporações ganharam imensa influência sobre nós. Antes do berço e mesmo após o túmulo, e para quase tudo dentro deste espaço de tempo, dependemos das corporações como nunca antes. Como nos governamos, o que consumimos, como cuidamos de nossa saúde, nossa nutrição, o que sabemos ou acreditamos, como gerenciamos nossas finanças, como nos comunicamos ou nos transportamos, e como lidamos uns com os outros e com a natureza, são, agora, sujeito às prioridades e interesses das grandes corporações¹ (p. 1, tradução nossa).

Segundo o autor, nos últimos 500 anos, nossa sociedade tem sido terreno fértil para que gigantes corporativos tenham se tornado as entidades mais importantes. Política, econômica e culturalmente, desde o berço até os túmulos, as grandes corporações têm tido grande influência sobre nós. Nesse mesmo tom, o autor completa o desenho desse cenário colocando o Estado em cena, percebendo-o como incapaz de fornecer governança justa, confiável e assegurar o bem-estar público e administrar os recursos fiscais. Isso, na visão de Suarez-Villa, parece comprometer o bem-estar social das futuras gerações devido ao benefício a curto prazo a uma pequena – mas muito poderosa – parcela da sociedade capitalista através de resgates financeiros maciços para as corporações mais poderosas, brechas financeiras, regalias e subsídios, que resultam em vasta acumulação de dívidas contraídas pelo Estado para pagar o bem-estar corporativo, preparando o cenário para futuras crises, com rebaixamento do crédito que leva a um maior *stress* fiscal a longo prazo, exigindo cortes em serviços e benefícios da maioria da população. Esse cenário culmina na falta de confiança pública no Estado – marca registrada de nosso tempo –, reforçada pelo aumento das injustiças e desigualdades sociais, ao passo que a riqueza corporativa estabelece recordes históricos (p. 1).

O autor denuncia o silêncio frente a esta realidade por parte do Sistema Educacional, incluindo a academia e os acadêmicos, que têm se mostrado incapazes de abordar a problemática por falta de profundidade crítica e de ação, contribuindo para o reforço do *status quo*. Também aponta o grande trabalho da mídia controlada pelo poder corporativo, que se afasta cada vez mais da perspectiva crítica e transforma-se em “líder de torcida” da hegemonia corporativa e de quase todas as ações que levam a uma maior competitividade independentemente do custo, em que as propagandas pró-corporativas triviais e disfarçadas dominam os canais estabelecidos de notícias e informações, enquanto as injustiças sociais mais flagrantes passam despercebidas. Aponta a influência do poder corporativo oligopolista na política transformada em um jogo visando dinheiro, no qual os políticos se tornaram servos do poder corporativo, uma vez que quase todo candidato pode parecer apropriado se uma grande quantidade de dinheiro corporativo

¹ *Five hundred years from now, our society may likely be seen as one where corporate behemoths became the most powerful entities. Politically, economically, culturally, and in almost every aspect of daily life, large corporations have gained immense influence over us. Before the cradle and even after the grave, and for almost everything in between, we depend on corporations as never before. How we are governed, what we consume, how we care for our health, our nutrition, what we know or believe, how we manage our finances, how we communicate or transport ourselves, and how we deal with each other and with nature, are now subject to the priorities and interests of large corporations.*

estiver disponível para alimentar sua campanha, o que leva à exclusão do público das decisões democráticas. Tudo isso é corroborado pelo sucesso que tem a censura sobre a perspectiva crítica, confirmado pela escassez de consciência do povo enganado pelas propagandas e anúncios, exortado a consumir mais e incorrer em grandes dívidas, induzido a eleger políticos que perpetuam o *status quo* e que parece ter perdido a visão do seu próprio interesse (p. 3).

As características da influência do poder corporativo e da ineficiência do Estado, apontadas acima por Suarez-Villa, casam perfeitamente com a pretensão de *Wall Street* em transformar quase todos os aspectos da vida e da natureza com uma dimensão probabilística em uma proposta de aposta, fazendo imergir uma “Cultura de Cassino”, com lucros de papel ocupando o lugar primordial na mente das pessoas, um fenômeno social que reflete o quão profundamente as finanças foram separadas da produção. Isso colabora para que, atualmente, alguns poucos oligopólios financeiros controlem a maioria das transações – direta ou indiretamente –, gerando imensa riqueza e influência política para uma pequena elite associada a eles (p. 4). Nesse contexto, os oligopólios se tornaram tão grandes que põem um “risco sistêmico” sobre a economia do mundo quando algumas de suas apostas dão erradas. Seu tamanho, poder de mercado e ligações ao redor do globo requerem resgates financeiros sem precedentes por parte do Estado nas mais recentes crises, instância flagrante do bem-estar corporativo que provavelmente será repetida em outras crises. A repetição de tal tendência torna o Estado subserviente ao oligopólio financeiro, fazendo com que a vontade política se faça presente somente para seguir medidas “cosméticas”, destinadas principalmente a reproduzir o *status quo*, garantindo que a próxima crise seja pior do que a última, devido ao desligamento entre as finanças e a produção, acompanhado por uma divisão entre reprodução e comoditização, com destaque para a grande importância dos bens intangíveis tanto na produção industrial quanto na produção de serviços, afirma o autor.

Na onda dessa crítica, Suarez-Villa aponta que a hegemonia do poder corporativo oligopolista em nossa sociedade é, fortemente, responsável por outro fenômeno, que, a seu ver, é tipicamente ignorado pelos economistas e *policymakers* convencionais – a estagnação a longo prazo. Ela se caracteriza pelo lento crescimento devido à superacumulação de capital, problema criado pelo excessivo poder e controle oligopolista. Tal controle vai além da tácita fixação dos preços e envolve cercamentos em setores inteiros, estabelecendo barreiras de entrada, adquirindo novos ou potenciais competidores, mesclando oligopólios e grandes companhias, ou impondo padrões que mantêm fora os possíveis concorrentes. Como resultado, os lucros oligopolistas estabelecem recordes históricos e uma vasta quantidade de capital acumulado, aproveitando-se, muitas vezes, da alta liquidez monetária oferecida pelos bancos centrais. Daí, ressalta Suarez-Villa, vem a estagnação que promove subemprego a longo prazo e limita a demanda agregada. Esse problema afeta os consumidores, reduzindo ou limitando o poder de compra da vasta maioria da população, à medida que os preços se tornam cada vez mais sujeitos ao controle oligopolista (p. 5).

Finalizando o capítulo introdutório, o autor destaca a associação dos oligopólios e sua hegemonia ao surgimento de uma pequena, mas rica e politicamente poderosa elite. Ela pode

ser considerada uma nova forma de oligarquia, dado o seu alcance em quase todos os aspectos da sociedade e sua vasta influência sobre a política do Estado. No entanto, ao contrário das oligarquias convencionais, a oligarquia oligopolista é fragmentada, dinâmica e frequentemente exhibe interesses contraditórios dentro de suas fileiras. Ela também tende a não ter raízes, é multifacetada e difícil de definir, no entendimento de Suarez-Villa. No entanto, percebe-se, de longe, que alguns dos elementos mais ricos dentro desse grupo privilegiado derivam sua riqueza dos oligopólios financeiros, enquanto alguns dos mais poderosos têm a origem de sua riqueza nos oligopólios tecnológicos que emergiram nas últimas décadas, enfatiza o escritor.

O capítulo 2, intitulado *Oligopolies*, oferece uma visão geral bem ampla sobre o poder das corporações oligopolistas na sociedade capitalista contemporânea – um fenômeno que, provavelmente, se tornará uma das características mais importantes do século XXI, assegura o autor. Identifica a crise do Estado como um produto do poder esmagador dos interesses corporativos sobre a governança e a sociedade, o que constitui uma *Corporatocracia*, uma vez que coloca a governança pública a serviço dos interesses corporativos e estes acima dos interesses públicos e da sociedade em geral (p. 9). Com vasta documentação, dados estatísticos e riqueza de detalhes, o autor mostra o crescimento do poder oligopolista na educação (desde as redes particulares de educação básica aos cursos superiores nas universidades públicas e privadas), acompanhada pela produção acadêmica; na saúde (incluindo os gastos em pesquisas nas universidades, a produção de medicamentos, a elaboração de diagnósticos e a atuação do setor farmacêutico, bem como a administração de redes hospitalares); no comércio a varejo (incluindo os bancos); na mídia (envolvendo redes de jornais escritos, redes de rádio e TV e internet), acompanhada pelos serviços telefônicos e os sistemas de operação de computadores; no transporte aéreo; na agricultura (incluindo a produção, a distribuição, a venda de alimentos, bem como a fabricação e venda de maquinário utilizado); nos serviços de alimentação institucional (cafeterias, restaurantes, máquinas automáticas de venda de comida, campi universitários, prisões, hospitais e arenas de esportes) e nos setores automobilístico, de produção de aeronaves e da construção naval.

Além disso, na segunda parte deste capítulo, o autor identifica três veículos que contribuem para o imenso poder político das corporações oligopolistas na sociedade capitalista contemporânea. O primeiro diz respeito a uma massiva contribuição corporativa para agendas políticas, em que grandes corporações políticas contribuem com enormes quantias de dinheiro para financiar campanhas políticas (p. 65); o segundo constitui-se de uma política corporativa de lobbies (p. 69), que atuam com influência junto aos políticos quanto à aprovação de regulamentações e impostos, e criam canais de influência também junto às agências governamentais e contribui para o bem-estar corporativo através da quebra de impostos, possibilitando brechas financeiras e a concessão de subsídios às grandes corporações por parte do Estado; o terceiro, nomeado pelo autor de conduta de porta-giratória (p. 75), traduz-se por uma prática que envolve executivos corporativos de alto nível que servem, temporariamente, em agências governamentais que têm poder regulatório sobre suas corporações, seus setores ou nicho de mercado.

Financialism é o título do terceiro capítulo da obra em apreço. Nele, o autor mostra

claramente como o aumento do poder corporativo através da economia contribui para o que chama de disfunção acumulativa fundamental no capitalismo avançado – a superacumulação de capital, ao passo que as grandes corporações tornaram-se pesadamente envolvidas em finanças e a produção tornou-se contida e menos importante. Analisando crises recentes, a partir de 1970, Suarez-Villa aponta como montanhas de dívidas foram feitas e como elas mascararam a acumulação de capital, fazendo com que a formação do capital real – o principal suporte para a produção de bens e serviços – fosse subordinada ao capital especulativo. Afirma que o crescimento, a principal justificativa para a nova ordem liberal, reforçou a tendência de uma oligopolização mais rápida e o surgimento da *corporatocracia*, ao mesmo tempo que artificialmente agregado à demanda e associado à especulação que levou ao aumento de dívidas insustentáveis tornou-se a marca profunda dessa nova era de excessos e altos riscos, sem consideração das consequências.

Resulta daí, na visão do autor, profundas mudanças no capitalismo moderno avançado como a transformação na forma de acumulação do capital que vai na direção da concentração de riquezas nas formas de oligopólios e monopólios, o que significa a formação do capital financeiro (p. 94); e o surgimento e fortalecimento da financialização ou financialismo multifacetado, de natureza abrangente, que engloba as dimensões social, de classe, cultural, ecológica, política, institucional, econômica e organizacional, associado à transformação da governança pública determinada pelos poderes corporativos através de uma democracia representativa de fachada, com megabancos oligopolistas e poderosos especuladores controlando todo o processo “democrático” (p. 95). Abre-se espaço para que a especulação financeira se torne uma ferramenta cultural e política, tentando alinhar os interesses do poder corporativo oligopolista e sua elite com os interesses do público em geral, inclusive com atuação na massiva indução de empregados e trabalhadores para dentro das apostas da economia financialista (p. 96).

O quarto capítulo é dedicado à apresentação do que o autor denominou de *Fundamental Split*. Ela baseia-se na economia real – a economia de produção – e envolve a separação entre reprodução e comoditização, dois processos nitidamente importantes para o capitalismo corporativo. No centro dessa separação a produção de bens intangíveis é socialmente mediatizada, dependendo das relações sociais que são externas ao domínio corporativo, estando, por isso, fora do controle de tal poder (p. 178). A necessidade por mediação social para reproduzir os recursos, portanto, separa reprodução e comoditização em relação ao domínio corporativo contemporâneo, estabelecendo uma grande contradição que afeta o poder oligopolista e sua influência sobre a governança pública, o que contribui para a crise do Estado, uma vez que a alta concentração de recursos, característica chave da oligopolização, é também, em sentido dialético, um resultado da inabilidade corporativa de controlar a reprodução, acredita Suarez-Villa. Bens intangíveis como criatividade e conhecimento são geralmente decisivos em áreas cruciais, como a tecnologia, em que há grande competição das corporações oligopolistas entre si. O fato de não poder controlar a expansão ou reprodução de tais bens coloca o poder corporativo oligopolista em situação de vulnerabilidade (p. 185).

Estagnação (*Stagnation*) é o assunto do quinto capítulo do livro *Corporate power: oligopolies and the crisis of the State*. Definida como um lento ou mínimo crescimento econômico,

ela representa uma forte característica do capitalismo oligopolista. Segundo Suarez-Villa, esse fenômeno traz grandes problemas ao Estado corporativo: gera insegurança econômica, produz baixa mobilidade social, promove a proliferação de dívidas e uma distribuição de riqueza direcionada aos segmentos mais ricos da sociedade. Todo esse cenário leva à necessidade do financialismo (p. 223). No entanto, na análise do autor, a estagnação no capitalismo avançado não aparece como um produto de quebras especulativas ou de ciclos de desacelerações econômicas, mas, sim, constitui uma tendência sistêmica gerada, em grande parte, pela superacumulação de capital (p. 224). Dentre suas características estão a redução das possibilidades de investimento como um fator que contribui para a superacumulação de capital; uma montanha de débitos acumulados que dissimula a grande tendência de baixo crescimento gerada pelo capitalismo oligopolista; o aumento da influência dos oligopólios sobre as esferas políticas e governamentais; o crescimento de exércitos de trabalhadores desempregados; o prejuízo aos sindicatos; as receitas políticas que levam à desregulamentação; as brechas fiscais e impostos corporativos mais baixos (p. 243).

O penúltimo capítulo é dedicado a considerações sobre um novo grupo de privilegiados que detêm a maior influência sobre a governança, um pequeno, mas poderoso elemento que, de fato, manipula a governança pública e a sociedade – a nova oligarquia (*Neo-Oligarchy*) –, que comanda a corporatocracia e sustenta o poder corporativo oligopolista e dele se beneficia. Suarez-Villa identifica as características dessa nova oligarquia: 1) encontra-se associada ao poder oligopolista e à governança corporativa, mas não é de modo algum monolítica, não fala com uma só voz, pois tem influência na mídia e nas arenas políticas (p. 295), atuando fortemente na mudança dos riscos financeiros das corporações para o Estado – e, eventualmente aos contribuintes –, sustentando e aumentando suas riquezas e privilégios, e alinhando interesses de políticos aos oligopolistas (p. 307); 2) está ligada ao financialismo, alinhando interesses públicos com as finanças oligopolistas, ao tempo que se separa da burguesia e dos modelos anteriores de oligarquia, pois é a dona do capital financeiro (p. 310); 3) não possui raiz estabelecida, pois, como uma nova classe econômica, ela tem alcance e objetivos móveis e globais, não se identificando com nenhum lugar em particular, dota-se de mobilidade e flexibilidade oportunistas; e 4) mantém influência penetrante no sistema político e nas principais funções de governança em que o poder corporativo oligopolista e a corporatocracia são a plataforma e os meios que apoiam sua influência política (p. 372).

No capítulo conclusivo, intitulado *Governance Derailed*, o autor retoma a linha mestra das discussões do livro: a ideia de que o Estado corporativo e o aparato oligopolista que o apoia negam a governança justa, sustentando a visão de que uma sociedade regulada pelos oligopólios corporativos e as elites privilegiadas são o coração da crise do Estado tanto nos Estados Unidos quanto em outras sociedades capitalistas avançadas (p. 339). Destaca a subserviência da governança pública ao poder oligopolista, que envolve um descarrilhamento, uma saída dos trilhos, da governança pública sem precedentes. Enfatiza três alinhamentos de interesses discutidos no livro que contribuem para isso: 1) alinhamento dos interesses dos políticos e funcionários do governo com os interesses do poder corporativo oligopolista (p. 340); 2) o

alinhamento dos interesses do público com os interesses do poder corporativo oligopolista através do financialismo, que se constitui em um meio dos oligopólios – e suas elites – impor seu controle sobre a governança e a sociedade, contrariando o princípio de que a função do Estado como garantidor último do bem-estar social tem prioridade sobre a missão como credor de recursos últimos e depositário de oligopólios (p. 341); 3) e o alinhamento dos interesses do sistema judicial com os interesses do poder corporativo oligopolista que danifica a integridade do Estado, incluindo a equidade e contribuindo para a falta de confiança na governança pública associada à corporatocracia e à crise do próprio Estado e viola, fundamentalmente, o imperativo da justiça social. Este último alinhamento, alerta Suarez-Villa, pode trazer consequências sociais nas seguintes formas: classes sociais menos favorecidas tendenciosas a crimes e ao encarceramento; reincidência muito alta de tais crimes; falta de reabilitação dos reincidentes, favorecimento de executivos corporativos em processos e sentenças judiciais e institucionalização da “personalidade” corporativa no sistema legal (p. 341). O autor conclui que tais alinhamentos são sustentados por três fenômenos redistributivos: 1) a transferência massiva e a longo prazo dos riscos financeiros das corporações oligopolistas ao Estado, que danifica a capacidade fiscal deste e a sua obrigação de assegurar o bem-estar da sociedade (p. 343); 2) a redistribuição de riqueza a longo prazo da grande maioria do povo para o poder corporativo oligopolista e sua elite privilegiada (p. 344); 3) e o surgimento de uma nova oligarquia das elites associado ao poder oligopolista e à natureza injusta e regressiva da corporatocracia, à medida que a riqueza e o poder tonam-se fortemente concentrados (p. 345).

Em seguida, Suarez-Villa desenvolve algumas sugestões que acredita sejam úteis para diminuir o problema do poder oligopolista e da corporatocracia na sociedade capitalista contemporânea. Para ele, apenas uma reconfiguração do Estado que o possibilite voltar a servir ao bem-estar social pode redirecionar os efeitos do fenômeno redistributivo. Para tanto, é preciso acabar, urgentemente, com as transferências de riscos financeiros ao Estado, em conjunto com a dissolução dos oligopólios corporativos. Os esforços, nesse sentido, devem ser multifacetados, envolvendo mudanças nas garantias de débito que dão suporte ao poder corporativo, o sistema de impostos e o bem-estar corporativo em todas as formas e aparências. Isso inclui interferências no campo da saúde, e todo o aparato do setor corporativo que visa lucros neste campo; na educação, em todos os seus níveis, devendo dar vida a um movimento em direção à governança justa visando recuperar o aspecto de recurso e lugar de aprendizagem em detrimento da busca de lucros nesta área; na governança pública, no sentido de torná-la justa para direcionar o emprego, garantir os direitos dos empregados e melhorar os padrões de vida da vasta maioria, o que deve culminar na diminuição da desigualdade e restabelecer o nível de justiça social (p. 346).

Para tanto, o autor finaliza o texto *Corporate power: oligopolies and the crisis of the State* afirmando que pelo menos três grandes problemas estruturais intrínsecos à natureza do capitalismo avançado devem ser enfrentados: o desligamento entre finanças e produção, o desligamento entre reprodução e comoditização no oferecimento de serviços e a superacumulação oligopolista de capital (p. 348). Para Suarez-Villa, somente com a dissolução dos oligopólios – e

seu controle sobre os preços e os rendimentos – juntamente com as barreiras de entrada que eles criaram, talvez se possa encontrar uma chance de resolver o problema da superacumulação (p. 349).

Em suma, o que Luís Suarez-Villa propõe, nesta obra, é uma visão crítica sobre o que considera ser alguns dos fenômenos sociais mais perturbadores do nosso tempo. Em suas próprias palavras:

Em nenhum momento anterior na História, o poder corporativo, o poder oligopolista - em particular fora tão intrusivo ou influente quanto hoje. Nunca antes nossa governança fora tão subserviente ao poder oligopolista quanto agora. O fato de que tão poucos parecem estar cientes do que foi exposto aqui faz com que seja mais urgente mobilizar a atenção do público sobre a necessidade de mudanças (p. 350, tradução nossa)².

O autor, além de mostrar os efeitos do poder corporativo oligopolista sobre a vida social capitalista avançada, mostra-se preocupado com a falta de consciência pública em relação às consequências de tal fenômeno. Exorta o leitor à formação dessa consciência que deve, necessariamente, começar com uma compreensão aprofundada dos fenômenos envolvidos, das disfunções e das patologias sociais que elas criaram e do seu caráter sistêmico, que pode se aprofundar e representar uma maior ameaça à medida que o século XXI avança. Ao lançar essa advertência, Suarez-Villa tem em vista a ameaça que esses fenômenos já colocam em torno de nós, não só na alienação social que experimentamos em nossas vidas diárias, mas também em seus efeitos sobre a natureza, nossa saúde, nossas atitudes para com a sociedade e a maneira como percebemos a governança pública. Por isso, acredita que soluções sistêmicas, em vez de isoladas e fragmentadas, parecem necessárias para superar e reverter tais efeitos.

Enfim, este é um livro que procura nos encorajar a vermos nossa realidade capitalista criticamente e imaginarmos a construção de uma trajetória em que uma maior justiça na governança pública possa se fazer presente. Sua leitura pode contribuir grandiosamente para a formação crítica de filósofos, economistas, estudantes de ciências sociais e cientistas políticos, bem como para as análises de todos aqueles que se dispuserem a desenvolver uma visão crítica a respeito do poder corporativo, sua relação com os oligopólios e a crise do Estado no capitalismo avançado.

² *At no prior time in History has corporate power – oligopolistic power – in particular – been as intrusive or influential as it is today. Never before has our governance been as subservient to oligopolistic power as it is now. The fact that so few seem to be aware of what has been exposed here makes it all the more urgent to mobilize the public's attention on the need for change.*